

SÍMBOLOS E CONCEITOS ESSENCIAIS NA IDEOLOGIA REAL: O VOCABULÁRIO NOS SALMOS BÍBLICOS E NA LITERATURA HÍNICA ASSIRO-BABILÓNICA

FRANCISCO CAMELO*

A realza israelita assenta num corpo de ideias que constitui a sua estrutura ideológica fundamental. 2Sam.7 define, no essencial, esta construção ideológica, sobre a qual vamos encontrar múltiplas referências nos salmos⁽¹⁾. Uma destas ideias-chave é בֵּית (casa) que encontramos a fazer parte do vocabulário ideológico das monarquias semíticas. O termo significa casa num sentido mais literal, embora possa também traduzir a ideia de dinastia e é este o significado que nos interessa. No entanto, no v.2 é atribuído a בֵּית o significado de casa-edifício.

אֲנִי יוֹשֵׁב בְּבֵית אֲרָזִים

(“eu habito numa casa de cedro”). Outras referências do mesmo género ocorrem nos vs.1, 5, 6 e 7. O que está em questão é o desejo que David manifesta em construir uma casa (Templo) para Iavé, uma vez que ele próprio habita uma casa (Palácio)⁽²⁾. O redactor joga com a ambivalência do significado de casa, na medida em que nos versículos já referidos corresponde realmente a habitação ou edifício, enquanto no v. 11

* Instituto Oriental.

(1) Nas traduções mais extensas dos salmos recorremos ao *Livro dos Salmos. Tradução Interconfessional do texto hebraico para português moderno*, Lisboa, Sociedade Bíblica, 1988. As restantes traduções constituem propostas nossas, evidentemente apoiadas nas traduções disponíveis.

(2) Era comum, no Oriente antigo, o rei providenciar a construção de um templo para a divindade, o que estava de acordo com o dever que lhe era atribuído de zelar pelo culto. O Sl.132,3-5 reflecte este desejo de David:

“Não entrarei na casa em que moro,
nem me deitarei na cama em que durmo;
não fecharei os meus olhos
nem dormirei um instante,
enquanto não encontrar uma casa para o Senhor,
uma morada para o Deus poderoso de Jacob.”

a palavra surge com um significado distinto. No v. 11, Natan profetiza para David a fundação de uma dinastia:

כִּי - בֵּית יַעֲקֹב לְךָ יִהְיֶה

("Iavé fará para ti uma casa"). Será Iavé a construir (יַעֲקֹב) esta casa-dinastia para David. Esta casa perdurará, de acordo com a promessa de Iavé no v. 16:

וְנִאֲמַר בֵּיתְךָ וְסִסְלְכֶךָ עַד - עוֹלָם

("a tua casa e a tua realza permanecerão para sempre").

Deparamos, nos salmos, apenas com uma referência precisa à ideia de casa-dinastia. No Sl.122,5 podemos ler:

כִּי מִשְׁכָּן יָשְׁבוּ כְּסֵאוֹת לְמִשְׁפַּחַת כְּסֵאוֹת לְבֵית דָּוִד

("Pois, ali, estão estabelecidos os tronos da justiça, os tronos da casa de David"). Em conclusão, são escassas as referências a casa no sentido de dinastia que podemos detectar nos salmos. Pelo contrário, encontramos-as amiúde noutros livros do Antigo Testamento⁽³⁾.

Analisemos, entretanto, as referências ao conceito de dinastia na literatura assiro-babilónica. Na opinião de Ishida, na Mesopotâmia, o termo que traduz a ideia de dinastia é *palû* (ideogr. BALA)⁽⁴⁾. Só sob

⁽³⁾ 1Sam. 20,16; 2Sam. 3,1; 3,6; 1Rs. 12, 19.20.26; 13,2; 14,8; 2Rs. 17,21; 2Crón. 8,11; 10,19; 21,7; Ne. 12,37; Is. 7,2.13; 22,22; Jer. 21,12; Zac. 12,7.8.10.12; 13,1. Curiosamente, Lucas ainda fará uma alusão deste tipo em Lc. 1,27.

⁽⁴⁾ É este o sentido que Ishida lhe atribui (cf. Tomoo Ishida, *The Royal Dynasties in Ancient Israel. A study on the formation and development of royal-dynastic ideology*, Berlim-Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1977, p. 101). No entanto, Delitzsch parece entender a palavra de um modo diferente. Com efeito, atribui-lhe dois significados possíveis: 1) arma ou insígnia real; 2) duração de um reinado, governo (cf. Friedrich Delitzsch, *Assyrisches Handwörterbuch*, Leipzig, J.C. Hinrichs'sche Buchhandlung, 1896, p. 525).

Num hino a Šamaš e a Sin, deparamos com este termo, aqui associado a outro vocabulário real:

"O ceptro, a coroa, o trono, o palû, onde estão?

Ao rei e ao seu país

Sem Shamash isso não lhes é concedido."

(cf. Marie-Joseph Seux, *Hymnes et Prières aux dieux de Babylonie et d'Assyrie*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1976, p. 68).

O *palû* termina uma série de símbolos do poder real, o que parece ser favorável à tradução de Delitzsch que lhe atribui o significado de insígnia real. Por outro lado, todos eles, incluindo o *palû*, têm uma origem divina, sustentando a ideia de que a própria realza tem uma origem semelhante.

a influência semítica ocidental⁽⁵⁾ é que vamos encontrar as palavras *bîtu* e *bît abi* a significar esta ideia. Observemos alguns exemplos: “*šanat Zimrilim ana* ^{giš} *Kussî bît abîšu îrubû* (“o ano em que Zimrilim ascendeu ao trono da casa de seu pai”); *aššu êpeš šarrûti bît abîja* (“para exercer a realeza da casa de meu pai”)⁽⁶⁾. O termo casa reflecte, indubitavelmente, o conceito de dinastia e de família, reserva que permitia a continuidade do poder e da realeza no seio da descendência/linhagem do rei que ocupava o trono. A legitimidade do monarca vigente assentava também na relação familiar e consanguínea que o ligava aos anteriores soberanos.

Relativamente a *palû*, a tradução é ambígua e não parece fácil aceitarmos o significado de dinastia que Ishida, ainda que com algumas *nuanças*, propõe. Como já referimos atrás, o termo sugere, em mais do que uma ocasião, uma insígnia real e talvez por isso surja associado a outros símbolos do poder real como ceptro, trono e coroa. Analisemos um exemplo: *û-uš-ši-bu-šu haṭṭâ kussâ u palû*⁽⁷⁾. O *palû* é enunciado paralelamente a ceptro e a trono. Noutro lugar encontramos uma referência semelhante, embora mais completa: *nâdin haṭṭi kussî u palî a-ge-e šarrûti*⁽⁸⁾. Neste caso, Marduk concede o ceptro, o trono, o *palû* e a coroa ao rei. Não obstante a sintonia destas referências, *palû* pode ainda, de acordo com Delitzsch, reflectir a ideia de duração⁽⁹⁾, assumindo uma significação mais temporal. Efectivamente, encontramos aqui uma afirmação que parece testemunhar esta ideia: *Ku-un kussî u labâr palê*⁽¹⁰⁾ (“estabilidade do trono e duração do reinado”). O termo *labâru*⁽¹¹⁾, implica, ele próprio, a ideia de duração e de antiguidade⁽¹²⁾ — e reforça a tradução de *palû* num sentido temporal. Talvez possamos considerar a hipótese de o *palû*, enquanto insígnia real, associada a outras como a tiara real, o trono e o ceptro,

(5) Cf. Tomoo Ishida, *op.cil*, p. 101.

(6) Ambas as citações são retiradas de Ishida (*op.cit*, p.101).

(7) Cf. CAD A, 2, pp. 353-54,2 (*Chicago Assyrian Dictionary*, Chicago, Oriental Institute, 1980). Traduz-se *palû* por “royal staff”.

(8) Cf. CAD A,1, p. 155.

(9) Cf. nota 4.

(10) Cf. CAD k, p. 543.

(11) Aqui forma um estado construto com *palû*.

(12) Delitzsch exemplifica: *la-ba-ar pa-le-e-a* (altwerden meiner Regierungszeit). Cf. Delitzsch, *op.cit*, p. 370.

simbolizar a perduração do reinado, concedida ao rei pela divindade tutelar. Deste modo, explicar-se-ia a ambiguidade da tradução desta palavra, à qual por vezes é atribuído o significado de insígnia real, outras vezes pretende traduzir a ideia de perdurabilidade do reinado.

No que concerne a *bîtu*, a tradução sugere claramente um sentido genealógico, mais de acordo com a forma de transmissão dinástica que caracterizava estas monarquias⁽¹³⁾. É neste sentido que devemos aliás compreender **בֵּית דָּוִיד**. Casa de David refere-se, na realidade, à dinastia de David, linhagem de onde deviam sair todos os reis de Israel e um dos fundamentos em que assentavam a monarquia e a ideologia real israelitas.

A sucessão dinástica era, por conseguinte, um dos princípios ideológicos e políticos fundamentais da monarquia davídica, o que a aproximava das monarquias tradicionais como as da Mesopotâmia e Egipto. Este princípio não é assim tão desprovido de importância como à partida pode parecer, na medida em que as monarquias dos estados nacionais que despontaram no final do II milénio a.C. na Siro — Palestina, assim como a experiência monárquica de Saúl, revelam muitos traços característicos de uma realeza de tipo carismático.

A sucessão dinástica implicava, obviamente, uma descendência real que assegurasse a continuidade ininterrupta da monarquia e Iavé promete não apenas uma dinastia, como também uma descendência a David. As duas ideias estão pois relacionadas. É mais uma vez 2Sam.7, 12 e o oráculo de Natan o quadro de referência ideológica em que nos movimentamos:

**כִּי יִסְלְאוּ יָמֶיךָ וְשָׁכַבְתָּ אֶת-אֲבֹתֶיךָ וְהָקִיסְתִּי
אֶת-זֶרְעֶךָ אַחֲרַיךָ אֲשֶׁר יֵצֵא סִסְעֶיךָ וְהָכִנֹתִי אֶת-סִסְלְכָתוֹ**

("quando os teus dias estiverem completos e descansares com os teus pais, farei persistir a tua descendência depois de ti, saída das tuas entranhas, e estabelecerei o teu reino ").⁽¹⁴⁾ Iavé garante a David a continuidade da realeza através da perpetuação da sua descendência.

זֶרַע, cuja carga de significação é vasta, contém em si mesma a possibilidade de associação entre as ideias de descendência e de semente.


(13) Tal como a monarquia davídica.

(14) **זֶרַע** é a palavra que em hebraico traduz a ideia de descendência, embora sugira uma carga semântica mais abrangente, podendo significar igualmente família e semente.

Esta associação, implícita na própria palavra, ia perfeitamente de encontro ao que se esperava da descendência de David, isto é que frutificasse continuamente. Nos salmos encontramos algumas alusões a este conceito. De um modo geral, a palavra é aplicada ao povo e a Israel,⁽¹⁵⁾ no entanto encontramos nos salmos reais algumas referências explícitas a David e à sua posteridade. No Sl.18,51 podemos ler:

“Deus concede grandes vitórias ao seu rei e mostra constante amor àquele que ele escolheu, a David e aos seus descendentes para sempre.”

Iavé manifesta a sua protecção e o seu favoritismo para com David e para com a sua descendência e esta atitude benfazeja tem um carácter de perpetuidade (**לְעוֹלָם - לְעוֹלָם** = para sempre).⁽¹⁶⁾

Esta ideia prolifera na literatura extra-bíblica, o que confirma a sua importância para a ideologia real das monarquias semíticas. Podemos começar pelo próprio Código de Hammurabi, que não constituindo uma peça de cariz poético, pode-nos ajudar a calcular a importância desta ideia. O termo é enunciado quer no **Prólogo** quer no **Epílogo**. Trata-se de *zêru*  (ideog. NUMUN),⁽¹⁷⁾ cuja carga semântica é igualmente abrangente. No entanto, interessa-nos fundamentalmente o significado atribuído de “descendentes masculinos”⁽¹⁸⁾. É nesse sentido que a palavra é utilizada no **Prólogo** e no **Epílogo** do Código de Hammurabi. No **Epílogo**, a privação de herdeiros e a ausência de descendência estão previstas para o rei (sucessor de Hammurabi) que não cumprir as determinações do Código. Esta medida enquadra-se numa série de imprecações que atingirão o rei que subverter a ordem que resulta do Código⁽¹⁹⁾: 40)

⁽¹⁵⁾ Sl.21,11; 22,24.31; 25,13; 37,25.26.28; 69,37; 102,29; 105,6;106,27; 112,2.

⁽¹⁶⁾ Encontramos a mesma ideia no Sl. 89, 5. 30. 37.

⁽¹⁷⁾ *Zêru* pode significar semente (de cereais e de outras plantas), terra arável, sêmen e descendentes masculinos ; pode ainda apresentar outros significados em expressões idiomáticas (cf. CAD Z, pp. 89-99).


⁽¹⁸⁾ O CAD, ao traduzir a palavra como descendência, precisa que se trata de uma descendência varonil: *ana šarri ana NUMUN- šu ana NUMUN. NUMUN-šu likrubu* (“[Possam os deuses deste templo] abençoar o rei, os seus descendentes varões e os descendentes varões dos seus descendentes varões”). Cf. CAD Z, p. 94.

⁽¹⁹⁾ Cf. Rykle Borger, *Babylonisch-Assyrische Lesestücke* (Analecta Orientalia 54), Roma, Pontificium Institutum Biblicum, 1974, p. 49.

^dNin-tu 41) bêltum (NIN) ši-ir-tum 42) ša ma-ta-tim 43) ummum (AMA) ba-ni-ti 44) aplam (IBILA) li-ṭe₄-er-šu-ma 45) šu-ma-am 46) a u-šar-ši-šu 47) i-na qer-bi-it ni-ši-šu 48) zêr (NUMUM) a-wi-lu-tim 49) a ib-ni.⁽²⁰⁾ Nesse sentido, o verbo *eṭêru* (capturar, privar), aqui utilizado no optativo, é bem esclarecedor. Nintu encarregar-se-à de privar o rei subversivo de qualquer herdeiro⁽²¹⁾. Em seguida, Hammurabi apela a Nintu que não crie nenhuma “semente de homem” entre a sua gente. *Zêr a-wi-lu-tim* significa descendência e vem reforçar a ideia anterior, isto é, a maldição que espera o rei subversivo. Efectivamente, a ausência de herdeiro varão no trono representava uma das piores perspectivas para o monarca e só podia ser interpretada como uma decisão e castigo divinos.

No **Prólogo**, a palavra é empregue em duas ocasiões, ambas a propósito de Hammurabi. Na primeira delas podemos ler⁽²²⁾: 13) *zêr* (NUMUN) *šar-ru-tim* 14) *ša* ^dSîn (ZUEN) 15) *ib-ni-ù-ša*⁽²³⁾. Hammurabi é caracterizado como descendente de realeza e criado por Sîn. Mais adiante, é afirmado, novamente a respeito de Hammurabi:⁽²⁴⁾ 69) *aplum* (IBILA) *da-núm* 70) *ša* ^dSîn (ZUEN)-*mu-ba-li-iṭ* col.V 1) *zêrum* (NUMUN) *da-rí-um* 2) *ša šar-ru-tim*⁽²⁵⁾. Hammurabi é identificado, em primeiro lugar, como sendo filho do rei Sîn-mubalit, o que lhe confere, desde logo, legitimidade para reinar, uma vez que pertence à linhagem real. Em seguida, diz-se de Hammurabi que ele é semente duradoura de realeza, confirmando a linhagem do rei no trono e a protecção divina.

(20) Finet traduz da seguinte forma: “Que Nintu, a sublime princesa dos países, a mãe que me criou, o prive de herdeiro e não lhe procure nome, que ela não crie nenhuma semente de homem entre a sua gente” (cf. André Finet, *Le Code de Hammurabi*, Paris, Éd. du Cerf, 1973, p. 145).

(21) *Aplum*  é a palavra utilizada para traduzir herdeiro. Na maior parte dos casos, o ideograma a que se recorre é TUR.UŠ que significa criança masculina, isto é, pequeno varão (cf. Delitzsch, *op.cit.*, p. 113). Ora, esta tradução mais precisa vem confirmar o carácter masculino atribuído à tradução de *zerû*.

(22) Finet traduz da seguinte forma: “Semente de realeza que o deus Sîn criou” (cf. Finet, *op.cit.*, p. 33).

(23) Cf. Borger, *op.cit.*, p. 5.

(24) Finet traduz: “o descendente de Sumu-la-El, o poderoso herdeiro de Sîn-muballit, semente eterna de realeza” (cf. Finet, *op.cit.*, p. 43.).

(25) Cf. Borger, *op.cit.*, p. 7.

Fora do Código de Hammurabi, encontramos outras referências do mesmo género. Observemos, a título de exemplo, um hino acróstico que celebra a Babilónia e o rei que a restaurou⁽²⁶⁾: “Que ele [o rei] aumente a sua descendência ⁽²⁷⁾e torne numerosa a sua posteridade !” ⁽²⁸⁾

No Antigo Testamento, a concretização de uma descendência real verifica-se mediante o aval de Iavé e no quadro da promessa que este faz a David. Em diversas ocasiões, Iavé garante a David uma linhagem que será perpétua, na condição de os seus descendentes cumprirem as determinações divinas. É o caso de lRs.2,4 que em vez de utilizar o termo זָרַע prefere (בְּנֵי יָהּ = os teus filhos). Iavé promete a David que jamais ficará vago o trono de Israel, se os seus filhos se portarem com rectidão⁽²⁹⁾. O Sl.132,11-12 corrobora este ponto de vista:

“Tu fizeste uma promessa a David, uma promessa a que não faltarás: “Farei rei um dos teus filhos e ele reinará depois de ti.”⁽³⁰⁾ Se os teus filhos cumprirem o meu pacto e os preceitos que lhes hei-de ensinar, também os filhos deles para sempre, te sucederão como reis.”

Em conclusão, a promessa de uma descendência que assegurasse a sucessão dinástica e a estabilidade da monarquia era comum às ideologias reais de Israel e da Mesopotâmia⁽³¹⁾. Era a divindade tutelar que garantia a continuidade e a perpetuidade da linhagem real. Uma descendência eterna era um benção divina, assim como a sua ausência era entendida como uma maldição e como consequência do comportamento iníquo do

⁽²⁶⁾ Marie-Joseph Seux levanta a hipótese, insegura, de se tratar de Assaradão ou Assurbanípal (cf. Marie-Joseph Seux, *op. cit.*, Paris, Éd. du Cerf, 1976, p. 122).

⁽²⁷⁾ A palavra utilizada para traduzir “descendência” é mais uma vez *zêru* (cf. CAD Z, p. 94).

⁽²⁸⁾ Cf. Seux, *op.cit.*, p. 123.

⁽²⁹⁾ A expressão utilizada é לֹא יִכָּרֵת לְךָ אִישׁ מֵעַל כִּסֵּא יִשְׁרָאֵל

É também o caso de lRs.9,5 e de 8,25; em 2Crón. encontramos referências do mesmo género em 6,16 e em 7,18.

⁽³⁰⁾ Está bem vincada a ideia de que será sempre da descendência de David que sairá o rei. Em vez de זָרַע o salmista emprega aqui uma expressão similar: מִפְּרִי בִטְנִי אֲשִׁית לְכֶסֶד לְךָ (“do fruto do teu ventre vou colocar no trono”).

⁽³¹⁾ No caso de Israel, a promessa integra-se no quadro da aliança com David.

soberano reinante. Para as monarquias tradicionais, onde a sucessão dinástica era um dos princípios políticos fundamentais, a existência de uma linhagem real constituía um factor de estabilidade. A relação de pertença do rei ou do pretendente à coroa com a linhagem real garantia a sua legitimidade política. Era essencial, para que se verificasse a *normalidade institucional* que o monarca reinante pertencesse à linhagem real e garantisse a sua sucessão, no seio da sua própria descendência. Relativamente a Israel e, em particular, pelo que podemos observar em alguns dos salmos reais, a ideologia real procurava vincar a relação familiar-linhagística com David, a quem Iavé fizera a promessa de uma linhagem ininterrupta. Analisemos mais uma vez o sl.89,4-5:

“Tu dizes: “Fiz um pacto com o meu escolhido, fiz uma promessa ao meu servo David:

a tua descendência continuará para sempre e o teu trono manter-se-á eternamente.”

Expressões como **וְדָוִד - יָדָר** ou **עַד - עוֹלָם** acentuam o carácter de continuidade e de perdurabilidade da descendência de David no trono. Por outro lado, quer este exemplo (sl.89,4-5) quer o anterior (sl.132, 11-12) deixam bem patente o vínculo familiar que pretensamente une David aos seus sucessores. A utilização ritual destes salmos, sobretudo quando era testemunhada por audiências alargadas, designadamente por ocasião de festas que faziam parte do calendário litúrgico nacional, tinha, evidentemente, uma função ideológica importante, na medida em que, associando o rei vigente a David, reforçava a sua legitimidade política. Apesar de no reino de Judá a sucessão dinástica haver respeitado sempre a linhagem davídica, não é de excluir a existência de alguns problemas no momento da sucessão⁽³²⁾. Por outro lado, os profetas testemunham, sobretudo nos derradeiros tempos da Monarquia, uma progressiva deterioração do prestígio da instituição real. O séc. VII e o séc. VI a. C., até ao fim da Monarquia, são férteis em dissensões políticas e problemas de sucessão. Poderemos compreender melhor, mediante este pano de

⁽³²⁾ Na Mesopotâmia, eram comuns os problemas aquando da sucessão, provocando crises graves que só a violência, por vezes, conseguia resolver. Assim se explicam os juramentos de fidelidade (*adê*) que tinham lugar no início do reinado e se destinavam a impor a aceitação do rei entronizado e a garantir a estabilidade política.

fundo, a necessidade de afirmação da legitimidade política que a representação destes salmos também significava. A associação do monarca reinante a David, figura prestigiosa e emblemática da Monarquia, constituía, finalmente, uma forma de justificar a instituição real e de legitimar o rei.

Um dos símbolos da realeza mais importantes é o trono⁽³³⁾. No oráculo de Natan, encontramos, mais uma vez, a referência fundamental. 2Sam. 7,13 refere:

וְכִנְנִיתִי אֶת - כִּסֵּא סִסְלִכְתּוֹ עַד - עוֹלָם

("estabelecerei o trono da sua realeza para sempre")⁽³⁴⁾. Um pouco mais adiante, encontramos a mesma afirmação com ligeiras diferenças:

כִּסְאֵךָ יִהְיֶה נָכוֹן עַד - עוֹלָם

("o teu trono será firmado para sempre"). O trono (כִּסֵּא) é prometido a David para sempre (עַד - עוֹלָם), à semelhança do que se verificara já com a sua descendência. Nos salmos, encontramos a expressão desta perpetuidade traduzida de maneira mais eloquente e poética:

וְכִסְאוֹ כִּימֵי שָׁמַיִם

("o seu trono como os dias do céu"), no Sl.89,30 e

וְרָעוּ לְעוֹלָם יִהְיֶה וְכִסְאוֹ כַּשֶּׁשֶׁשׁ נִגְדֵי כִּיָּרָם יִכּוֹן עוֹלָם וְעַד בַּשָּׁמַיִם נֶאֱמָר

("a sua descendência existirá para sempre e o seu trono será como o Sol perante mim, como a Lua, será estabelecida para sempre, um testemunho firmado nas nuvens"), no Sl. 89,37-38.

O salmista descobre a forma mais poética e mais sublime de caracterizar a perenidade do trono e da descendência de David, isto é, identificando-as com a eternidade dos astros. No v.5, Iavé promete a edificação de um trono para David:

עַד - עוֹלָם אֶכֶּיֶן זֶרַעַךָ וּבְנֵיתִי לְדֹר - וָדֹר כִּסְאֵךָ

("estabelecerei para sempre a tua descendência, de geração em geração edifico um trono para ti"). A edificação (verbo בָּנָה) do trono, cujo significado último implica a realeza como obra de Iavé, promete perdurar pelas gerações לְדֹר - וָדֹר. Quanto a nós, este versículo está envolto numa áurea de relativa ambiguidade. Na verdade, o acto de

(33) Em lRs.10,18-20, deparamos com uma magnífica descrição do trono de Salomão. A sumptuosidade do trono real traduz, provavelmente com alguma fidelidade, a imagem de grandiosidade de Israel que Salomão pretendia difundir.

(34) Aqui, ao contrário do v.16, a referência ao trono é mais completa, כִּסֵּא (trono do seu reino) em vez de כִּסֵּא (trono) apenas.

erigir o trono para David, à luz deste versículo, revela-se uma tarefa permanente e sempre actual, ao longo das gerações. Se a nossa interpretação está correcta, então isso poderá implicar que a atribuição do trono é condicional e depende do comportamento do rei. Cada soberano é um novo David a quem Iavé promete e erige o trono, legitimando-o e garantindo a realeza no seio da linhagem davídica.

É Iavé que estabelece (verbo כָּוַן) o trono para David e para a sua linhagem. A realeza, aqui simbolizada pelo trono, tem a sua origem e o seu limite em Iavé. No sl.132, a realeza é reafirmada na linhagem de David. No v.11, Iavé anuncia:

סִסְנָה סִפְרִי בְּטֶנֶךָ אֲשִׁית לְכִסֵּא - לָךְ

("um fruto do teu ventre colocarei no trono"). Logo a seguir, mas de um modo mais explícito, confirma-se esta ideia:

גַּם - בְּנֵיהֶם עָדִי - עַד יֵשְׁבוּ לְכִסֵּא - לָךְ

("também os seus filhos se sentarão no trono para sempre").

Os salmos utilizam o termo כִּסֵּא muitas outras vezes mas aplicam-no para descrever a realeza de Iavé.⁽³⁵⁾ Analisemos alguns exemplos de paralelismos ideológicos. Na literatura hínica assiro-babilónica, onde proliferam as alusões ao trono, associado, geralmente, a outros símbolos do poder real como a coroa, o ceptro ou o *pâlu*. Nos hinos de coroação do rei ou nos que celebram o aniversário da entronização real são frequentes as referências à perdurabilidade do trono. É o caso deste hino de coroação de Assurbanípal:⁽³⁶⁾

"(...)Que os grandes deuses tornem o seu reino estável; que eles protejam [a vida (?) de Assurb]anípal, rei da Assíria!
Que lhe dêem um ceptro justo para expandir o país e as gentes;
Que o seu reino se renove; que eles tornem estável para sempre o seu trono real (...)."

A estabilidade e a perdurabilidade do trono simbolizavam a consolidação do reino e a aceitação da linhagem real. É possível que esta aceitação se renovasse ciclicamente, aquando das cerimónias de

⁽³⁵⁾ É o caso dos sl.45,6; 89,14; 103,19, etc.

⁽³⁶⁾ Cf. Seux, *op.cit.*, p. 111.

entronização de cada novo soberano ou dos ritos de aniversário da sua coroação. Cada rei, no acto da sua entronização, era abençoado pela divindade tutelar, a qual garantia a legitimidade do soberano e prometia a durabilidade e a estabilidade do seu reinado. O início de um reinado, como é o caso a que se refere este hino, implicava a renovação da confiança da divindade tutelar na linhagem real. Relativamente a Israel, é bem possível que o quadro ideológico fosse idêntico. Como já afirmámos, no início de cada reinado, durante as cerimónias de coroação, eram reiteradas as bênçãos divinas e o novo soberano assumia o seu vínculo com David. É possível que a coroação incluísse a re-presentação ritual das promessas feitas por Iavé a David. O rei entronizado assumia o papel de David e aceitava as bênçãos de Iavé, testemunhando publicamente o esplendor e a majestade de Deus.

Num outro hino assírio, destinado à utilização de Assurbanipal⁽³⁷⁾, reafirma-se a estabilidade do trono e a origem divina desta bênção:

“Da sua boca pura [elas orde] nam que o meu trono perdure”⁽³⁸⁾. Analisemos o verso em acádico: *ina pîšina elli [iqb]û la-bar-Kussîja*⁽³⁹⁾. As deusas Ístar (de Nínive e de Arbela) determinam a duração do trono de Assurbanípal⁽⁴⁰⁾, isto é, garantem-lhe um longo reinado.

Afirmámos que no que concerne à realeza israelita⁽⁴¹⁾, esta usufrui das bênçãos de Iavé, designadamente a edificação do trono que traduz o poder do soberano e da dinastia, na condição de o rei observar um comportamento recto e justo. Mau grado a vertente de fiscalização e de vigilância do comportamento do rei, por parte da divindade, não estar tão vincada como no caso particular da ideologia real israelita, a verdade é que ela não deixa de se manifestar, ainda que raras vezes. É o caso deste hino acróstico dedicado a Nabu: “[Que dá o ceptro] e o trono real ao rei

⁽³⁷⁾ Cf. Seux, *op. cit.*, p. 100.

⁽³⁸⁾ *Idem*, p. 101.

⁽³⁹⁾ Cf. CAD L, p. 13.

⁽⁴⁰⁾ Trata-se de um estado construto.

⁽⁴¹⁾ O desenvolvimento deste esquema religioso que implica contrapartidas de ambas as partes e que impõe um apoio condicional da divindade à realeza explica, em parte, a formulação de uma teologia de aliança. Na religião assiro-babilónica e na ideologia real mesopotâmica este esquema não chegou a ter um desenvolvimento similar.

que [o] teme”.⁽⁴²⁾ Efectivamente, a expressão *pa-li[h(h)i-šu]*⁽⁴³⁾ denuncia o carácter condicional da benção divina. Nabu concederá o ceptro e o trono àquele que o ferner.⁽⁴⁴⁾ Numa oração do rei Nabopolassar a Marduk, o monarca pede ao deus que mercê das suas (do rei) boas acções aquele estabeleça o seu trono por muito tempo: “[concede-me como] presente de realeza um ceptro justo, um trono solidamente fundado, um reino duradouro”.⁽⁴⁵⁾ Analisemos em acádico as palavras de Nabopolassar: *haṭṭa išarti* ^{giš} *Ku-sa-a šuršuda*.⁽⁴⁶⁾ A justiça, simbolizada no ceptro, constituía um dos atributos essenciais da realeza. Nabopolassar, como qualquer soberano mesopotâmico, reclama de Marduk a capacidade de ser justo. À luz da ideologia real oriental, a justiça do rei era condição fundamental para a protecção generosa e benéfica da divindade. Por isso, Nabopolassar roga a Marduk um ceptro justo, pois sabe que a sua (do rei) justiça ajudará a sustentar a realeza. Como podemos ver, a relação entre o rei e a divindade assenta na reciprocidade. Apesar de a religião assiro-babilónica não conter a ideia explícita de uma aliança com a divindade, isso não impede que se verifique uma relação baseada na reciprocidade, implicando um comportamento exemplar por parte do rei que se caracteriza, fundamentalmente, pelo temor ao deus. O ceptro justo (*haṭṭa išarti*) que Nabopolassar pretende de Marduk se, por um lado, constitui um dom do deus invocado, por outro lado, representa a condição essencial à durabilidade⁽⁴⁷⁾ do reinado e da dinastia, simbolizada pelo trono.

Como vimos nesta última oração de Nabopolassar, o trono surge associado a outros símbolos do poder, designadamente o ceptro (*haṭṭa*), ali caracterizado como símbolo da justiça real. Em 2Sam.7, que tem sido o nosso quadro de referência ideológica, não encontramos alusões ao ceptro.

⁽⁴²⁾ Cf. Seux, *op. cit.*, p. 127.

⁽⁴³⁾ Trata-se do verbo *palahum* (temer) no permansivo; o pronome *šu* refere-se a Nabu.

⁽⁴⁴⁾ “Temer” tem aqui o sentido de “respeitar”, como em hebraico o verbo **יָרָא** utilizado na expressão **יְהוָה יִרְאֶת** ou **יִרְאֶת אֱלֹהִים** (temor de Deus).

⁽⁴⁵⁾ Cf. Seux, *op. cit.*, p. 505. Trata-se da segunda oração de Nabopolassar.


⁽⁴⁶⁾ Cf. CAD K, p. 592.

⁽⁴⁷⁾ *Šuršuda* traduz a ideia de perdurabilidade do trono. Trata-se do permansivo (3ª fem.) do verbo *rašādum* (sist. I, 3) que se pode traduzir por “fundar” ou “estabelecer”.

Não obstante, nos salmos a palavra é mencionada, por duas vezes, no sl.45, 7: **כְּסֵפֶךָ אֱלֹהִים עוֹלָם וָעֶד תִּבְּט מִיָּמֶר תִּבְּט מְלֹכֹתֶךָ**

(“o teu trono pertence a Deus para sempre. O ceptro do teu reino é um ceptro de justiça”). O ceptro (**תִּבְּט**) encontra-se associado ao trono, à semelhança do que observámos na oração de Nabopolassar. Pretende significar, como o próprio trono, a realeza (**מְלֹכֹתֶךָ תִּבְּט** , ceptro do teu reino) e é, igualmente, configurado como um símbolo da justiça real (**מִיָּמֶר תִּבְּט** , ceptro de justiça)⁽⁴⁸⁾. A fraseologia é, por conseguinte, muito idêntica à utilizada na oração de Nabopolassar.

O conteúdo semântico de **תִּבְּט** explica, parcialmente, os contornos de justiça que o termo sugere. Na verdade, para além de traduzir “tribo”, a palavra pode significar a “vara” que é utilizada para lutar ou para castigar. Assim, poderemos explicar a carga de justiça que é atribuída ao ceptro real. Claro que a própria função real deveria comportar atributos de justiça mas esse facto não explica, por si só, a simbologia que acompanha o ceptro.

No Código de Hammurabi, no **Epílogo**, encontramos uma utilização de *ḥaṭṭa* de tradução discutível:⁽⁴⁹⁾ (col. XLIX) 14) ^dŠamaš (UTU) ^gis *ḥaṭṭa* (GIDRU) — šu 15) *li-ir-ri-ik* 16) *ni-ši-šū* 17) *i-na mi-ša-ri-im li-re*⁽⁵⁰⁾. Finet traduz *ḥaṭṭa*  por “reinado”, o que não é incorrecto, na medida em que o ceptro, como o trono e como o *pālu* constituem símbolos do poder real que em múltiplas circunstâncias reflectem a perdurabilidade do reinado e da dinastia⁽⁵¹⁾. Todavia, a tradução é sempre uma opção e acaba por pôr de lado outros significados possíveis para o vocábulo ou para a frase. Se mantivermos a tradução literal de *ḥaṭṭa* (significado comum=ceptro mas também bordão ou bastão), concluiremos que o redactor joga com as palavras e com as ideias enunciadas nesta frase. Efectivamente, o redactor fala-nos no bordão e mais adiante emprega o verbo apascentar (*rê'u*)⁽⁵²⁾. Trata-se de uma imagem comum no contexto

(48) **מִיָּמֶר תִּבְּט** tem, etimologicamente, a mesma origem que *išarti*.

(49) Finet traduz da seguinte maneira: “Que Šamaš possa prolongar o seu reinado, possa apascentar as suas gentes no direito” (cf. Finet, *op. cit.*, p. 139).

(50) Cf. Borger, *op. cit.*, p. 47.

(51) Aliás *li-ir-ri-ik* é o optativo do verbo *arâkum* que significa prolongar, no sentido temporal.

(52) No optativo. O verbo é utilizado para traduzir apascentar ou governar (o país, por exemplo).

da ideologia real oriental, a de imaginar o rei como o pastor que apascenta o seu povo como um rebanho. O bordão é utilizado pelo pastor para orientar o gado e manter em ordem o rebanho. O ceptro simboliza, provavelmente, a capacidade que o deus atribui ao rei de julgar e dirigir o país com justiça (*i-na mi-ša-ri-im*).

Ainda no Código de Hammurabi, encontramos outra referência em que se combinam, na figura do rei, as imagens do pastor e do bordão (= ceptro). Analisemos em acádico as palavras que Hammurabi profere no **Epílogo** do Código:⁽⁵³⁾ (*col. XLVII*) 42) *a-na-ku-ma* 43) *rê'ûm*(SIPA) *mu-ša-al-li-mu-um* 44) *ša* ^{giš} *ḥatṭa* (GIDRU) — *šu* 45) *i-ša-ra-at*⁽⁵⁴⁾. Hammurabi é o pastor cujo bordão (= ceptro) é justo. Em conclusão, mais uma vez se repete a associação do ceptro à figura do pastor e ao atributo da justiça, associação que encontramos não apenas na ideologia real mesopotâmica como também nos salmos bíblicos (cf. sl. 45).

Na literatura hínica assiro-babilónica são mais frequentes as alusões ao ceptro, associado à justiça real e simbolizando-a. A vertente de justiça da realeza está implícita na identificação do rei com o pastor, como podemos observar neste hino que celebra a coroação de Assurbanípal:⁽⁵⁵⁾ “Que Shamash, o rei dos céus e da terra, te eleve ao pastorado sobre as quatro regiões;⁽⁵⁶⁾ Que Assur, te conceda [o ceptro] (?), prolongue os teus dias e os teus anos”. Assur concede o ceptro a Assurbanípal, no acto da entronização, conferindo ao rei a capacidade de julgar com justiça o país. Šamaš institui-o como pastor universal e Assur oferece-lhe o bordão para que ele mantenha em ordem o seu “rebanho”. Podemos concluir que o ceptro está para o rei como o bordão está para o pastor e o exercício da realeza é assemelhado ao pastoreio.

Numa oração de Assur-nasir-pal a Ištar deparamos com uma situação idêntica:⁽⁵⁷⁾ “chamaste-me para ser o pastor dos povos; assegura(-me) um ceptro justo para a perenidade dos lugares habitados”. A divindade assume sempre a parte activa na relação que estabelece com o

⁽⁵³⁾ Finet propõe a seguinte tradução: “e eu próprio sou o pastor salvador cujo ceptro é direito” (cf. Finet, *op. cit.*, p. 136).

⁽⁵⁴⁾ Cf. Borger, *op. cit.*, p. 45.

⁽⁵⁵⁾ Cf. Seux, *op. cit.*, p. 110.

⁽⁵⁶⁾ Significa o universo.

⁽⁵⁷⁾ Cf. Seux, *op. cit.*, p. 499.

rei. É ela que incumbe o soberano de apascentar o seu rebanho (*a-na rê'ût* [SIPA-*ut*])⁽⁵⁸⁾ e o cumula com atributos de justiça. Istar cede o bordão/ceptro ao pastor/rei, o que revela ser uma prova de confiança no soberano mas espera que ele aplique a justiça no país, como contrapartida dessa confiança.

Outro símbolo da realeza que vale a pena analisar é a coroa. No entanto, não o encontramos enunciado com tanta frequência como os anteriores elementos. No sl. 21,4 descobrimos uma primeira referência à coroa: **פָּזַלְתָּ לְרֹאשׁוֹ עֲטֹרַת זָהָב** (“colocas na sua cabeça uma coroa de ouro”). Iavé coloca sobre a cabeça do rei uma coroa de ouro puro. No sl. 89, 40 o salmista refere:

נִאֲרַתָּה בְּרִית עֲבָדֶיךָ חֲלַלְתָּ לְאַרְצֶיךָ נִזְרוֹ

(“Rejeitaste a aliança do teu servo e profanaste, pelo chão, a sua coroa”. Utiliza, como podemos ver, um vocábulo diferente mas que pretende significar o mesmo objecto.⁽⁵⁹⁾ Finalmente, no Sl. 132, 18, encontramos o mesmo termo que no Sl. 21, 4:

וְעָלְיוֹ יֵצִיץ נִזְרוֹ

(“sobre ele vai brilhar a sua coroa”).

Tanto no Sl. 21, 4, como no Sl. 132, 18, a imposição da coroa sobre a cabeça do rei significa a reafirmação da confiança de Iavé no seu eleito. Pelo contrário, no Sl. 89, 40, Iavé profana a coroa (pelo chão), numa atitude em que pretende renegar a aliança com o rei (v. 40). Por conseguinte, a coroa simboliza também a própria realeza, instituída por Iavé. O acto de colocar a coroa sobre a cabeça do rei, por exemplo durante as cerimónias de coroação, simbolizava a confiança e a protecção de Iavé para com o soberano. Pelo contrário, o acto de profanar **חָלַל**⁽⁶⁰⁾ a coroa

⁽⁵⁸⁾ *Rê'ûtum* significa pastoreio ou governo. No caso vertente, trata-se de um estado construído.

⁽⁵⁹⁾ No Antigo Testamento, fora do livro dos Salmos, encontramos outros termos a significar coroa: **קִדְלֹן** (Gn. 49,26; Deut. 33,20; 2Sam. 14, 25; Job 2, 7; Is. 3, 17; Jer. 2, 16; 48, 45); **זֶר** (Ex. 25, 11. 24. 25; 29, 6; 30, 3 e outras referências, apenas no livro do Êxodo); no livro de Ester encontramos outro termo, **כִּתְרוֹ** (Est. 1, 11; 2, 17; 6, 8). É provável que estes termos, diferentes entre si, traduzam *nuances* na forma e na importância das coroas a que se referem, todavia nem a iconografia (praticamente inexistente) nem a arqueologia bíblicas lançaram ainda qualquer luz sobre esta indefinição.

⁽⁶⁰⁾ O verbo **חָלַל** encontra-se aqui na forma Piel, podendo ser traduzido como “profanar”, “prostituir” ou “tornar comum”.

(ao nível do chão⁽⁶¹⁾, Sl. 89, 40) representava a quebra dessa confiança e a crítica severa do seu comportamento e do funcionamento da própria instituição real.

Como já afirmámos, nos salmos são utilizados dois vocábulos que se podem traduzir por coroa. O primeiro, **עֲטָרָה** que o salmista utiliza no sl. 21, 4, remete-nos para a raiz do verbo que significa “cercar” ou “cingir”, sobretudo para efeitos de ataque ou de defesa.⁽⁶²⁾ É possível que a coroa (**עֲטָרָה**) simbolizasse os atributos militares do rei e, provavelmente, a protecção de Iavé, na guerra.

Nos sl. 89 e 132, o salmista utiliza outro termo, **נִזָּר** que nos remete para uma outra raiz muito significativa. **נִזָּר** traduz “separar” ou “consagrar”. Podemos concluir que a imposição da coroa sobre a cabeça do rei significava a expressão da sua eleição, isto é, a manifestação inequívoca da sua consagração. Particularmente, no que concerne à ideologia real israelita, a coroa simbolizava a relação entre Iavé e o rei, uma relação baseada na reciprocidade, cujo paradigma era a aliança com David. No sl. 89, está implícito o rompimento, por parte do rei, dos seus compromissos para com Iavé. A consequência mais evidente desta atitude é a profanação da coroa. O rei deixa de estar consagrado e, conseqüentemente, deixa de usufruir da protecção e do apoio de Iavé.

Na literatura hínica assiro-babilónica, encontramos também algumas referências à coroa, embora, igualmente, em menor número que relativamente aos outros elementos de que temos falado. Numa oração a Sin, o rei roga à divindade que mantenha a coroa sobre a sua cabeça, perpetuamente:

“Que Sin, deus puro, que possui uma coroa, luz dos vivos,
deus imensamente grande cuja ordem é firme, se regozije com as
minhas obras e ame a minha realeza; (...)

que ele assegure a minha coroa sobre a minha cabeça,
perpetuamente!”⁽⁶³⁾

⁽⁶¹⁾ A referência ao chão (**לְאָרֶץ**) acentua o aviltamento da realeza.

⁽⁶²⁾ Curiosamente, de acordo com Dahood, este salmo constitui uma acção de graças pela vitória alcançada, a mesma que o rei reclama de Iavé, no sl. 20 (cf. Mitchell Dahood, *Psalms 1-50*, (The Anchor Bible 16), New York, Doubleday & Company, Inc., 1966, p. 131).

⁽⁶³⁾ Cf. Seux, *op. cit.*, p. 522.


A palavra que em acádico traduz coroa é *agû*⁽⁶⁴⁾. Curiosamente, *agû* significa, por outro lado, o disco da lua e a coroa resplandecente do deus Sin⁽⁶⁵⁾. A oração a Sin confirma esta ideia quando refere que o deus possui uma coroa. Por outro lado, a imposição da coroa sobre a cabeça do rei e a garantia de que aí permanecerá perpetuamente dependem de Sin. O rei espera que o deus considere as suas acções e aprecie a sua realeza e que em função desse juízo positivo lhe mantenha a coroa como expressão da sua confiança e do seu favoritismo.

No Código de Hammurabi, no respectivo **Epílogo**, registamos uma referência que vem corroborar alguns destes pontos de vista. Analisemos as palavras do Código em acádico⁽⁶⁶⁾: (col. XXVII) 41) ^d *Sîn* (ZUEN) *be-el ša-me-e* 42) *ilum* (DINGIR) *ba-ni-i*43) *ša še-re-su* ⁽⁶⁷⁾44) *i-na i-li šu-pa-a-at* 45) *agâm* (AGA) ^{gīs} *kussiam* (GU.ZA) *ša šar-ru-tim*46) *li-te₄-er-šu*⁽⁶⁸⁾. Enquadra-se na sucessão de imprecações que poderão atingir o rei que não cumprir o Código. No caso vertente, está previsto que Sin retire a coroa e o trono ao rei, em consequência do seu comportamento reprovável. Reparemos que é a Sin que compete retirar⁽⁶⁹⁾ a coroa ao soberano transgressor. Em conclusão, é Sin que se incumbe de impor ou retirar a coroa ao monarca. O rei roga ao deus que a mantenha sobre a sua cabeça, como prova da sua confiança e da sua protecção. Mas quando o rei transgride a vontade e a ordem divinas, é-lhe sonegada a coroa e recusado o apoio.

No Prólogo, Hammurabi diz a respeito dele próprio que é “Senhor, glória do ceptro e da coroa”⁽⁷⁰⁾. Hammurabi considera que, com as suas acções, dignifica o ceptro e a coroa e, por conseguinte, arroga-se o direito

⁽⁶⁴⁾ O ideograma mais corrente é MIR, embora, com menos frequência, encontremos também MAL e MEN.

⁽⁶⁵⁾ Cf. Delitzsch, *op. cit.*, p. 15.

⁽⁶⁶⁾ Finet propõe a seguinte tradução: “ Que Sin, o senhor dos céus, o deus que me criou, para quem o uso do “flagelo” foi proclamado pelos deuses, lhe retire a coroa  (e) o trono da realeza (...)” (cf. Finet, *op. cit.*, p. 143).

⁽⁶⁷⁾ Trata-se de *šêrtum* que, de acordo com Finet (cf. Finet, *op. cit.*, p. 143), deve ser traduzido como “flagelo vingador” ou “punição suprema”. Designa o castigo exemplar que constitui a arma de Sin.

⁽⁶⁸⁾ C. Borger, *op. cit.*, p. 48.

⁽⁶⁹⁾ Trata-se do verbo *eṭêrum*, no optativo.

⁽⁷⁰⁾ Em acádico podemos ler: (col. III) 24) *be-lum- sí-ma-at* 25) *ha-aṭ-ṭi-im* 26) *ù a-ge—em* (cf. Borger, *op. cit.*, p. 6). Quanto à tradução de Finet, cf. *op. cit.*, p. 38.

de se designar como modelo de realeza, para os seus sucessores. Eis então o que se esperava do soberano. O rei devia fazer por merecer a confiança divina, devia prestigiar a coroa, símbolo da sua identificação com a divindade tutelar e expressão da sua eleição.

Em conclusão, os elementos que temos estado a analisar contribuem para a construção de uma imagem sobre a realeza. A importância do rei era testemunhada pela transcendência destes símbolos, os quais conferiam ao rei um estatuto superior na sociedade. Traduzem a sua eleição/escolha e reflectem a confiança e o “amor” da divindade para com o rei. Por outro lado, estes símbolos indiciam a missão para que foi incumbido o rei. Este funciona como intercessor entre a divindade e a sociedade e este estatuto depende, em última instância, da própria divindade, bem como da escolha a que esta procedeu.

A promessa de protecção e de apoio que a divindade faz ao soberano tem um carácter perpétuo. Esta perpetuidade é declarada explicitamente, sobretudo nos salmos bíblicos. No entanto, a perpetuidade, prometida pela divindade ao rei, choca com um outro princípio, implícito no nosso inquérito — a *reciprocidade*. Efectivamente, a *reciprocidade* determina a natureza das relações entre o rei e a divindade tutelar, obrigando-o a assumir as responsabilidades inerentes à sua função e ao seu estatuto de intercessor e de intermediário. Ora, a quebra desta *reciprocidade* arrasta consigo, inevitavelmente, o fim da protecção da divindade e a *profanação* dos símbolos que representam e testemunham esse apoio divino. O sl.89 constitui um exemplo muito claro da quebra de confiança de Iavé no seu ungido. Os vs. 39-46 traduzem a indignação de Iavé e a refutação da aliança com o rei. O salmista recorre a dois dos símbolos de realeza, por nós analisados, para narrar o descrédito em que caiu o rei aos olhos de Iavé. Em ambos os casos, serve-se da terra (=chão) como imagem para acentuar a profanação dos referidos símbolos. A coroa (**קִנֹּאָה**) e o trono (**כִּסֵּא**) são lançados por terra (**אֶרֶץ**) traduzindo-se, deste modo, o desprestígio da própria instituição real. Estes símbolos do poder real tinham uma origem divina e, por conseguinte, transcendente. O salmista, recorrendo à imagem em questão, pretende chocar a *audiência* mercê do paradoxo por ele criado. Com grande eficácia, procede à depreciação da realeza, através do rebaixamento dos objectos que a simbolizam. A coroa e o trono que têm uma origem divina e transcendente, estão agora por terra.

Por conseguinte, apesar de os favores divinos serem prometidos ao

rei com um carácter perpétuo, a verdade é que esta promessa não se revela irreversível, na medida em que as bênçãos divinas e a protecção afiançada estão sujeitas a determinados condicionalismos.

Os símbolos que temos vindo a analisar constituíam, de algum modo, a imagem visível de que a divindade tutelar estava com o rei e o apoiava nos momentos de aflicção. Tinham, por isso, aquando das aparições públicas do soberano, nas festas religiosas e na própria corte, um impacto ideológico determinante, pois asseveravam a protecção divina e confirmavam a identificação do rei com a divindade. Esta identificação garantia a estabilidade que o poder necessitava para a sua sobrevivência. Nas orações reais dos monarcas assírios e babilónicos encontramos, com uma frequência digna de relevo, fórmulas como esta: “estabilidade do trono, longa duração do reinado”⁽⁷¹⁾. Por conseguinte, estes símbolos do poder real, para além de impressionarem directamente o “público” que os avistava, arrastavam consigo uma carga ideológica de cuja eficácia dependia a aceitação e a legitimação da instituição real.

⁽⁷¹⁾ Algumas orações em que esta fórmula surge enunciada: 1) orações de Nabucodonosor II: oração a Marduk (nº 3), p. 508; oração a Shamash (nº 2), p. 510; oração a Shamash (nº 3), p. 511; oração a Shamash (nº 4), p. 511 ; oração a Lugalmaraḫda, p. 514; 2) orações de Neriglissar: oração a Marduk (nº 1), p. 515; 3) orações de Nabónides: oração a Shamash (nº 3), p. 518 (cf. Seux, *op. cit.*, *pass.*). Encontramos a mesma fórmula apresentada de maneira *mais* ou *menos* completa, assim como deparamos com variantes desta fórmula. Não obstante, o que interessa registar é o apelo à estabilidade e à duração do reinado.